

PROFISSÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONALIZADA

Isabela Macena dos Santos
Doutoranda – UFAL
isabelamacena@yahoo.com.br
Edna Cristina do Prado
Docente – PPGE/ UFAL
wiledna@uol.com.br
Luciene Amaral da Silva
Doutora em Educação – UFAL
cieneamaral@hotmail.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar como se deu a trajetória institucionalizada da profissão docente. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que buscou verificar a influência da igreja e do Estado na organização da escola e na formação profissional docente. Ao longo do texto mostramos que a partir da feminização da profissão docente a desvalorização justificou-se pela opressão e discriminação a partir da diferença salarial e ausência de condições. Por fim, concluímos que o a profissionalização docente passa por uma crise de desvalorização a partir das precárias condições ainda existente no Brasil e que essa desvalorização acaba levando o afastamento dos jovens a não ver na profissão uma escolha atrativa.

Palavras-chave: Profissionalização docente. Desvalorização. Desafios docente.

INTRODUÇÃO

Analisar o percurso histórico da profissionalização docente requer um olhar crítico sobre a intenção e os objetivos que sempre acompanharam a figura docente e como ora a igreja, ora o Estado, detinham o poder de conduzir a educação a partir de seu próprio projeto societário.

Para isso, foi necessário percorrer a história desde a Grécia antiga, passando pela idade média para poder ver a partir da idade moderna como foi constituída a profissionalização docente.

De acordo com Costa (1995), na Grécia antiga, com o surgimento da escrita, da lei, da moeda e da pólis cria-se o espaço para o debate por meio da argumentação. A filosofia desenvolve-se com grande intensidade na pólis, e os filósofos estão associados ao aparecimento da pedagogia e em Atenas surge a visão de educação como meio de formar cidadãos. Ao fim do século VI a.C surgem formas simples de escola, as quais as crianças do sexo masculino aos sete anos eram afastadas das mães para estudar educação física, alfabetização e música, enquanto as crianças do

sexo feminino eram educadas em casa. Na educação masculina surge a figura do *paidagogos* que era um escravo que conduzia a criança ao instrutor físico, antes e ao final da aula.

Em Atenas havia diferentes tipos de educadores como o *paidagogos* já citado, o pedótriba e o gramático. O pedótriba era um instrutor físico, já o gramático ensinava leitura e escrita em qualquer lugar, este último tinha pouco prestígio e era mal pago (COSTA, 1995). Já a figura do *paidagogos* não tinha prestígio algum, pois era escravo. Esparta e Atenas cidades destaques do mundo grego tinham diferentes vieses educativos:

Esparta e Atenas deram vida a dois ideias de educação: um baseado no conformismo e no estatismo e o outro na concepção de *paideia* de formação humana livre e nutrida de experiências diversas, sociais, mas também culturais e antropológicas. Os dois ideais, alimentaram durante séculos o debate pedagógico. (CAMBI, 1999, p. 82)

Atenas e Esparta tinham visões diferentes de educação, sendo que em Atenas priorizava-se a formação humana. Enquanto na Roma antiga a educação assume um perfil mais pragmático (COSTA, 1995) e, a partir do século IV a.C, surge entre os romanos escolas elementares particulares voltadas aos comerciantes e artesãos. Os professores primários eram antigos escravos, proprietários arruinados ou velhos soldados; e este ofício era socialmente considerado inferior e pouco valorizado. Nos séculos II e III a.C os tipos de professores eram: o gramático (ensinava a língua grega) e o retor (ensinava a aperfeiçoar a retórica), sendo os retores os que tinham maior reconhecimento, como também melhor remuneração.

Desde a constituição inicial que a figura do pedagogo era desvalorizada na sociedade atuando como um escravo. Com a Idade Média a igreja passa a ter o poder sobre a educação, nesse período os padres da igreja “criaram ao mesmo tempo uma educação para o povo, que consistia numa educação catequética, dogmática, e uma educação para o clérigo, humanista e filosófico teológica” (GADOTTI,1996, p. 52). Como explica também Haglette, (1991. p.116):

A igreja tomando para si a educação e confiando essa missão as ordens religiosas masculinas e femininas no continente e no ultramar, estendeu o conceito de vocação, atribuído a pessoa do religioso ao seu trabalho também. Tornou-se vocação trabalhar com os pobres, com os doentes, com as crianças etc.

A ideia de vocação docente também vai se fortalecer a partir desse período, trazendo fortes influências para identidade do professor, com essa ideia de vocação ensinar parece antes de tudo um ato de amor, uma ação social; uma herança

geracional que perdura até os dias atuais e que concerne impasses negativos à profissionalização docente.

Com o surgimento da burguesia, há um desejo por outro tipo de formação, um modelo que garantisse uma educação melhor para a classe que iria dominar a sociedade como um todo.

No entanto, a escola da idade média se pautou na constituição catequética por influência do período histórico que buscou organizar a educação escolar de maneira a ratificar os princípios determinados pela ideia religiosa de escola e por isso a idade média teve grande relevância na institucionalização da escola ao organizá-la já que era de responsabilidade da igreja o processo de educação, cujos prédios eram anexos das catedrais como também em mosteiros até porque os professores eram os clérigos com a proposta que garantir que a educação religiosa fosse ensinada.

Durkheim (1995, p. 37) reitera a importância da idade média para constituição da escola:

Escolas de catequização das igrejas, escolas claustrais monásticas, eis o gênero muito humilde e modesto donde saiu todo nosso sistema de ensino. Escolas elementares, universidades, colégios, tudo nos veio de lá; e eis por que de lá precisamos partir. E porque nossa organização escolar, em toda sua complexidade, derivou mesmo dessa célula primitiva é que ela também nos explica, e somente ela pode, alguns dos caracteres essenciais que têm apresentado ao longo de sua história ou manteve até os dias de hoje.

A Idade Média tornou-se um período importante para constituição da escola, de onde partiu a nossa organização escolar; no entanto a escola como a conhecemos atualmente, surgiu apenas no século XV, objetivando a educação das crianças.

Nóvoa (1991) salienta que na segunda metade do século XVIII, na Europa, ocorreu a estatização do ensino e o professor passou a ser laico e não mais religioso, causando preocupação à igreja com a intervenção do Estado nas questões educacionais. Sim, a docência já era uma ocupação antes mesmo da intervenção do estado nos sistemas de ensino (NÓVOA, 1991; HYPOLITO, 1997; ARROYO, 1985).

A Era Moderna inaugura um período de intervenção do Estado através da estatização do ensino e com ela “os antigos docentes vão ser confrontados com um projeto de laicização que, de um lado, os subordina à autoridade do Estado e, de outro, lhes assegura um novo estatuto sócio profissional” (NÓVOA, 1991, p. 121). Este novo estatuto profissional tem como uma de suas características o docente laico e não mais religioso, mas mesmo com essa laicização dos docentes “eles continuaram a

ser vistos como clérigos-leigos cuja as virtudes deveriam estar acima do comportamento dos homens comuns” (COSTA, 1995, p. 78).

É na Era Moderna, em meio a sociedade disciplinar do século XV, que surge o magistério mais similar ao que conhecemos atualmente. Porém, a história da profissão docente veio se organizando em diferentes sociedades e tempos e segundo Nóvoa (1991), a gênese da profissão docente é anterior à estatização da escola.

Com a estatização do ensino ocorre o processo de funcionalização dos docentes. Processo em que o Estado mantém o controle sobre a escola, e lhes confere um estatuto de autonomia e independência, pelos menos das leis da igreja.

Para torna-se docente o Estado exigia uma licença obrigatória que era recebida após concurso ou exame, nem todos podiam participar dessa seleção, apenas os que tinham idade, bom comportamento moral, conhecimentos literários, dentre outros. A instituição ou permissão dessa licença era:

[...] uma etapa decisiva do processo de profissionalização da atividade docente[...]. Este documento cria as condições necessárias para a elaboração de um canôn de competências técnicas, baseadas em critérios escolares, que servirá de base para o recrutamento de docentes e, como corolário, para o esboço de uma carreira docente [...] isto se revelará um instrumento essencial no processo de afirmação dos docentes enquanto um grupo profissional e na luta que eles vão travar com vista à melhoria de seu estatuto sócio profissional (NÓVOA, 1991, p. 122).

Na Era Moderna começa a ser pensado em uma seleção de professores baseada em critérios pré-definidos, e mesmo assim, quando utilizam da premissa do bom comportamento como requisito de seleção, fica claro os resquícios da influência religiosa na escolha da moral e dos bons. Segundo Hypolito (1997, p.24- 25):

Quanto mais os docentes organizam e buscam um estatuto profissional, mais vão lutar para restringir as atividades não-docentes e mais vão lutar para restringir suas atividades às ações técnico-administrativas [...] quanto mais os docentes vão se atrelando ao Estado empregador e tornando-se assalariados, tanto mais vão se distanciando das comunidades. Esse movimento faz parte da consolidação do Estado e dos sistemas liberais de educação, atrelados às necessidades culturais do capitalismo.

De acordo com Costa (1995), a posição dos docentes é ambígua, não podem se opor ao Estado e tem que difundir a ideologia dominante a partir da sua prática docente, mas mesmo diante desse cenário de opressão, tem possibilidades de construir um discurso próprio contrário a situação. É nesse cenário de disputas que estado propõe, segundo Nóvoa (1991, p. 116)

[...] uma renovação dos currículos, uma integração das diferentes redes

escolares e, sobretudo, um controle estatal sobre o conjunto dos sistemas de ensino, notadamente naquilo que concerne à seleção e ao recrutamento do pessoal docente.

Com a chegada do século XIX há uma procura crescente pela escola e, surge a proposta de uma formação específica originada no desejo dos professores melhorarem seu estatuto (COSTA, 1995).

Os anos finais do século XIX foram permeados pela discussão em torno da organização e carreira dos profissionais do magistério, desfazendo a vinculação deste com o sacerdócio (NÓVOA, 1991). Costa (1995), destaca que ao final do século XIX tem-se o início da feminização do corpo docente acarretando mais desvalorização da profissão por conta da discriminação entre os salários masculinos e femininos. Também surgem as primeiras associações profissionais, essas associações passam a reivindicar melhoria do estatuto, definição de uma carreira e controle da profissão.

Para Popkewitz (1997) em diversos países do Ocidente o advento do Estado moderno, nos séculos XIX e XX, trouxe grandes transformações aos sistemas educacionais e entre as peculiaridades desse período estão: a racionalização administrativa, a desvinculação com a Igreja e a crença no progresso. Segundo Arroyo (1985), o sistema escolar foi cada vez mais se aproximando da lógica de organização da indústria fabril, ou seja, a escola passa a sofrer [...] “as pressões do Estado e das necessidades políticas, ideológicas e pedagógicas de um capitalismo emergente” (HYPOLITO, 1997, p. 39).

Segundo Maroy (2011), os sistemas escolares nos séculos XIX e XX basearam-se em um modelo de regulação institucional denominado “burocrático profissional” os modos de regulação institucional para esse autor dizem respeito ao [...] “conjunto de mecanismos de orientação, de coordenação, de controle das ações dos estabelecimentos, dos profissionais ou das famílias no seio do sistema educativo” (MAROY, 2011, p. 19).

Sendo assim, a profissionalização é uma conquista de determinadas profissões e, no início do século XX o termo profissão ficou atrelado à profissão liberal e essa situação começa a mudar com as duas grandes guerras mundiais quando surgem as organizações burocráticas (NÓVOA, 1987).

Pelo exposto, a história da profissão docente foi fortemente marcada pela desvalorização e precarização passando pela Grécia antiga em que o pedagogo era

um escravo que guiava as crianças, a Roma em que os professores primários eram antigos escravos, proprietários arruinados ou velhos soldados, sendo um ofício pouco valorizado; na Idade Média o professor assemelhava-se a um padre; com a Era Moderna temos a laicização do ensino, com muitas lutas em prol da profissionalização. Até os dias atuais vemos os vestígios da história com imagens católicas em instituições públicas, professores sendo chamados de tios (FREIRE, 1977) como se fossem parentes próximos que desempenham seu trabalho por amor, vocação ou uma ação voluntária; percebe-se ainda pessoas muitas vezes sem formação assumindo ações de educadores, a exemplo os amigos da escola.

Em suma, ainda há visões errôneas sobre a identidade docente, não se pode negar que houve muitos avanços ao longo da história, mas ainda é preciso muita luta para alcançarmos a valorização docente.

Assim, o artigo propõe, ao partir do percurso histórico da construção da profissionalização docente, fazer uma análise sobre dos desafios na atualidade delineando as nuances que entrelaçam a constituição legal da profissão e seus desafios de execução e existência.

CARREIRA DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: velhos desafios

Diniz-Pereira (2011) salienta que no Brasil, há algum tempo, percebe-se evidências de uma profunda crise da profissão docente, o autor afirma que há um desencanto com a profissão e isso é verificado através da pouca procura pelas licenciaturas, principalmente nas áreas de matemática, química, física e biologia; a representação social da profissão é marcada pelo sentimento de inferioridade, ausência de *status*, baixa remuneração, então não é uma opção atrativa.

Em pesquisa recente da Varkey Foundation (2018)¹ realizada em 35 países, os resultados demonstraram que o Brasil é um dos países que menos valoriza os professores; além disso a pesquisa aponta que menos de 1 em cada dez brasileiros acham que o professor é respeitado em sala de aula. Isso mostra que a percepção visual da profissão docente na sociedade brasileira é de que a docência não é a melhor profissão a ser seguida.

E como consequência é observado um desprestígio profissional em relação à

¹ Mais informações: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/08/brasil-cai-para-ultimo-lugar-no-ranking-de-status-do-professor.ghtml>

docência, ficando essa profissão menos valorizada em relação a outras demais que tem o mesmo nível de formação. Sobre isso Gatti (2009) enfatiza que além da sociedade, os próprios professores concebem um baixo *status* à profissão docente; também a autora salienta que outro aspecto relativo à desvalorização da profissão é a incorporação de pessoas sem formação específica para atuar na área, parecendo que “qualquer um pode ser professor”.

Para Bolívar (2002) o professor apresenta um nível de carreira horizontal, ou seja, trabalha em uma escola de educação básica e quer sair dela para ser professor de ensino superior; havendo assim mobilidade geográfica para instituições de ensino vista como melhores por conta tanto das remunerações, como do *status*; na carreira vertical seria o oposto, o professor deixaria de ensinar para assumir outra função na própria escola.

É inegável que dada a importância da profissão docente estes deveriam ter bons salários e reconhecimento profissional, para Arroyo (2000), os médicos são socialmente reconhecidos e já tem conceito antecipado de sua competência, enquanto os mestres da educação básica, não são reconhecidos mesmo que tenham competência, então nem todas as profissões são reconhecidas pela competência, sendo a profissão docente é uma delas.

Os profissionais da educação básica não são menos competentes do que outros profissionais de áreas próximas. No entanto, o autor mostra que há imagens sociais diversas do magistério, os professores da educação infantil carregam uma imagem difusa, pouco profissional; visto que os das primeiras séries do fundamental apresentam uma imagem profissional mais definida, porém pouco reconhecida; já os demais docentes até o último ano do ensino médio possuem uma competência técnica em sua área, mas não conseguiram alcançar afirmação nem como educadores nem como docentes. Enquanto os professores universitários são socialmente definidos e com estatuto de competentes. Para alcançar o reconhecimento “[...] teríamos que conseguir que os outros acreditem no que somos”. (ARROYO, 2000, p.29)

Oliveira (2004) aponta que mudanças significativas vêm sendo trazidas pelas reformas educacionais iniciadas na última década no Brasil e em outros países da América Latina repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar. As mudanças ocorridas nas relações de trabalho e emprego têm sido caracterizadas nos dias atuais pelo o que alguns autores chamam de precarização das relações de

trabalho. Os trabalhadores docentes se sentem obrigados a responder às novas exigências pedagógicas e administrativas, no entanto, faltam-lhes condições de trabalho adequadas.

O trabalho pedagógico, segundo Oliveira (2004), foi reestruturado abrindo espaço para uma nova organização escolar e sem as devidas adequações, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente. A autora cita como exemplos: o arrocho salarial, o aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino², a inadequação, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias vindas dos processos de reforma do Aparelho de Estado e isso tudo tem causado maior instabilidade e principalmente a precariedade da profissão docente.

Outro desafio ainda atual da profissão docente é colocado por Oliveira (2008) em contexto de pobreza os professores são muitas vezes obrigados a desempenhar funções além de sua capacidade técnica e humana; a bagagem de responsabilidades do professor também aumentou, além das atividades em sala de aula, tem as reuniões pedagógicas, a participação na gestão da escola, o planejamento pedagógico, demais atividades. A autora acrescenta que os professores no Brasil vivem uma nova ambivalência:

por um lado, as formas mais flexíveis e autônomas de organização do trabalho lhes trazem ganhos de autonomia e maior controle sobre suas atividades; por outro lado, essa mesma organização lhes retira poder e controle como grupo profissional, à medida que também atribui autonomia aos demais sujeitos que participam da escola e do sistema, com o poder de cobrar e exigir prestação de contas do que é realizado no espaço que, outrora, era de estrito domínio profissional.(OLIVEIRA, 2008, p.36)

Percebe-se que o professor assume uma gama de responsabilidades que muitas vezes desvia o foco de sua atribuição principal que é aprendizagem dos alunos. Em uma pesquisa amostral³ intitulada “Profissão Docente” que foi feita pelo Ibope Inteligência em parceria com a Conhecimento Social (2018) coletou informações sobre a profissão docente de professores da Educação Básica de todo o Brasil, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A pesquisa revelou dados importantes sobre o perfil do professor brasileiro que serão demonstrados no

² De acordo com o Censo Escolar de 2015 mais de 450 mil professores, entre os 1,8 milhão de profissionais da rede pública, mantém contratos precários no Brasil.

³ Mais informações:https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Pesquisa-Professor_Divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf

quadro a seguir em dez tópicos:

Quadro 1. Perfil do professor brasileiro

Aspectos	Situação identificada na pesquisa
Gênero	1-A maioria dos professores é mulheres, (71%)
Visão salarial	2-Para 29% dos docentes, o valor recebido por seu trabalho é baixo precisando complementar a renda
Distância do trabalho	3-30% precisam cruzar municípios todos os dias, porque moram e trabalham em cidades diferentes
Escolha da profissão	4-Grande parte dos professores declarou ter escolhido a docência devido à afinidade com a profissão
Reivindicação	5- 67% reivindicam que os professores sejam mais ouvidos pelos criadores de políticas públicas
Condições de trabalho	6-Os itens mais apontados como nada adequados pelos docentes são acesso à internet e recursos tecnológicos (60%) e recursos pedagógicos (53%)
Especialização	7- 77% deles têm cursos de especialização
Formação inicial	8- Somente 29% dos professores concordam que a formação inicial os preparou adequadamente para começar a dar aula
Apoio dos gestores	9- 43% dizem ter apoio dos gestores
Medidas para melhoria da profissão	10- Eles consideram qualificação e escuta como principais medidas para melhoria da profissão docente

Fonte: Adaptado a partir dos dados da pesquisa IBOPE Inteligência, 2018

Os dados expostos pela pesquisa acima evidenciam que: 1) a profissão docente no Brasil ainda é em sua maioria feminina, 2) nem todos os professores do Brasil podem se dedicar exclusivamente à docência ou a uma única escola já que os salários são baixos e não compensam os gastos, 3) além dos desafios da profissão 30% dos professores precisam se deslocar para outras localidades para exercer a docência, 4) a pesquisa revela que os professores se identificam com o que fazem só não gostam das más condições de trabalho e da desvalorização da mesma; 5) os professores se sentem excluídos das decisões da política educacional no Brasil. Ainda demonstra, 6) falta de itens fundamentais para exercer a docência na atualidade, 7) mais da metade dos professores do Brasil estão graduados e especializados; 8) apesar da maioria ter formação a qualidade da mesma é duvidosa; 9) (43%) dizem ter apoio dos gestores; um ponto positivo já que esse valor representa quase a metade dos professores do Brasil; e por fim, 10) na visão dos professores ter uma melhor qualificação ou até mesmo continuada e serem ouvidos por quem elabora as políticas é um caminho para

novos rumos da profissão docente em nosso país.

Como vemos, a pesquisa acima revela a visão do professor sobre sua profissão demonstrando que ainda velhos desafios da carreira docente se perpetuam no Brasil, os séculos passaram, mas muitos dos desafios prevalecem, desde a necessidade de reconhecimento social à melhores salários e condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apontou, a partir da trajetória da institucionalização da profissão docente, passando pelo caráter religioso, cuja função era exclusivamente dos clérigos e que trouxe grande contribuição para a organização da escola, como também enfatizou o papel do Estado quando entrou no cenário ao retirar da igreja o poder de sistematizar e dirigir os rumos da escola e passou a intervir através das políticas públicas voltada para a educação.

E o que foi verificado é que a profissão docente, que desde sua origem sofreu por ter sido relegada a um caráter não essencial na promoção da subjetividade humana, e por isso teve desde baixos salários, condições precárias, introdução de professores sem formação suficiente para atuar nas devidas áreas, inferiorização de *status* em particular aos docentes da educação básica, tirando da profissão, que requer nível superior, competências específicas, o reconhecimento que outras profissões com as mesmas exigências desfrutam.

Isso nos leva a perceber que a situação em que a profissão docente se encontra acaba por causar a baixa atratividade pela carreira e como segundo problema a desistência da profissão com a migração para outras carreiras e parte considerável dos alunos que se formam em algumas licenciaturas não entraram em uma sala de aula (AMORIN, 2012).

Outro fator que torna a profissão docente não atraente é o alto índice de violência que a cada dia se torna comum no espaço escola sendo responsável pelo adoecimento dos professores que ou se afastam da sala de aula ou acabam em desvio de função por não conseguir mais ser professor.

Esse cenário é preocupante porque ela tinge desde a educação básica, com a falta de futuros professores, como também atinge o ensino superior com a possível extinção de cursos de licenciatura por ausência de jovens que não veem atrativo na profissão.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. Histórias de jovens profissionais da História: trajetórias de egressos do curso de História da FAFICH/UFMG (1998/01). In: **PL912. LabepeH promove diálogos com Marina Alves Amorim** (out.2012) – parte 1. 10 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=p8G0LfK8PDw>>. Acesso em 02 nov. 2020.

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ, vozes,2000.

ARROYO, Miguel. González. **Mestre, Educador, Trabalhador: Organização do Trabalho e Profissionalização**. 1985. Tese (Professor titular) –Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1985.

BOLÍVAR, A. *Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola*. Bauru: Edusc, 2002.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 230, p. 34-51, jan./abr. 2011.

DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. (coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.

HAGUETTE, André. **Educação: bico, vocação ou profissão?** Educação & sociedade, nº 38, 1991.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papius, 1997.

NÓVOA, António. *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII- XX siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. v. 2.

NÓVOA, António. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da**

profissão docente. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. **Martha Watts: Um olhar sobre o Brasil.** Piracicaba. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 29-39, jan./dez. 2008.